

**RECORDAR
REPETIR
ELABORAR**

FOBIAS

Christiane Lacôte

O texto de Christiane Lacôte, que aqui se reapresenta, foi pela primeira vez publicado no Boletim no.7 da APPOA, de agosto de 1992 – há exatos dez anos, portanto. E, no entanto, as questões que dele emergem mantêm sua atualidade, encontrando eco em diversos artigos que compõem hoje este número da revista. É como dobra do tempo, então, que ele se faz aqui História. Mas sua origem consistiu numa conferência proferida alguns anos antes, em 1986, em evento promovido pela então Cooperativa Cultural Jacques Lacan, em Porto Alegre, contando ainda com a participação de Charles Melman, Contardo Calligaris e Marcel Czermak. O texto alude, assim, à instauração de uma interlocução profícua entre psicanalistas brasileiros e franceses, a qual segue tendo vigência no contexto de nossa Associação.

Vou trazer a vocês algumas questões que me coloco a propósito da fobia. Há 56 meses, iniciamos, na Associação Freudiana, e continuamos, na revista Nodal, um trabalho sobre a fobia, precisamente, o que me deixa muito interessada em poder falar sobre isto novamente, já que meu trabalho evolui paralelamente ao desta equipe. Vou colocar algumas balizas que formulei e que o Euvaldo, que está aqui presente, conhece. Vamos seguir em São Paulo e em Salvador, juntamente com Jean Bergès, com quem trabalhei particularmente sobre este assunto.

Iniciamos com os primeiros textos de Freud que tratam do tema e que datam de 1896 e de 1898. Nosso trabalho tinha como ponto comum o que vou dizer agora, e que me parece muito importante.

A fobia apresenta-se como uma entidade propriamente psicanalítica e não psiquiátrica. O que não significa que o problema seja simplificado, longe disso. O que podemos dizer é que com a questão da fobia estamos de imediato na área da clínica psicanalítica. Quer dizer que é entre posições metapsicológicas da parte de Freud e uma descrição fenomenológica que se vê como ele, sobre este assunto, elaborou noções tão importantes quanto o recalçamento, a inibição, a angústia e a relação de objeto que Lacan retomou num seminário.

Um dos aspectos que trataremos, no decorrer da discussão, gira em torno da noção de recalque na fobia, totalmente problemática. Para nós, lacanianos, coloca-se a questão da escuta do significante no fóbico, uma vez que, em “As Formações do Inconsciente”, Lacan situa diretamente o processo do recalçamento como metafórico. Ora, é justamente esse ponto que está em jogo na fobia e que vocês devem ter encontrado na leitura que fizeram de Lacan. Ele situa a fobia como uma placa giratória em relação às determinações neuróticas. Ou seja, o estatuto da fobia estaria totalmente à parte – nem neurose nem psicose – o que apresenta a vantagem de isolar problemas específicos com relação ao gozo, ao objeto e à barra subjetiva.

Creio que faz três anos que Charles Melman, aqui no Brasil, abordando a questão da fobia, colocou a mesma como uma doença do espaço. Podemos retomar isso, como também a segunda afirmação que fez ontem à noite, sobre o surgimento do real do olhar na fobia, real desse olhar que pode coincidir com a encarnação de um animal. Pensem, por exemplo, no cavalo do pequeno Hans. Isso implica que a problemática que seguíamos na fobia está ligada ao que Lacan elabora sobre os nós borromeanos e não apenas com auxílio deste grande texto onde ele estuda a fobia, mas também com os Seminários sobre “As Formações do Inconsciente” e “A Relação de Objeto”. Os nós borromeanos nos ajudam, já que o imaginário é captado aí totalmente em relação ao real ou ao simbólico. Assim, Melman foi levado a mudar um pouco a sua formulação, passando de doença do espaço a doença do imaginário. O que há é uma posição, como vocês podem sentir, que retoma a crítica de Lacan a toda a *estética transcendental*.

Aproveito a ocasião para responder novamente ao Alduísio, uma vez que isto é uma seqüência, que dá seguimento ao que dizia sobre os orifícios do corpo. Ele me colocava uma questão, a propósito daquela jovem mulher: “acaso não constituiria ela um olhar?” Questão à qual eu respondia, digamos, de forma circunspecta. Trata-se sem dúvida, na fobia, do objeto *a*, olhar, mas tomado do ponto de vista do real. Considerando os nós borromeanos, o objeto *a* é efetivamente um buraco com bordas que são simbólicas, imaginárias e reais. Portanto, é preciso apurar a questão quando se fala de objeto *a*, olhar. Podemos dizer, então, que, na fobia, o que surge é o objeto *a* tomado do lado real.

O segundo ponto que abordarei nesta introdução refere-se à unidade das fobias. Há maneiras impróprias de falar em fobias, como, por exemplo, na linguagem

psiquiátrica, em que se fala em fobias de impulso, que não têm nada de fóbico. A questão que talvez deva ser colocada sobre a unidade das fobias é a que distingue as fobias de objeto das fobias de espaço. Parece que poderíamos unificá-las por esta posição do objeto *a* tomado no real.

Vou colocar algo brevemente, que se apóia, como fazia Melman, em Legrand Du Saulle, psiquiatra. Trata-se de que as manifestações fóbicas são intensas em vastos espaços centrados por uma geometria que se apóia na perspectiva renascentista, ao passo que são menos intensas quando em espaços contornados ou labirínticos. Ora, o que é um ponto de fuga? Talvez não seja distinto do ponto automóvel, de onde surge o animal automóvel, do mais fundo do espaço, quer seja o cavalo que desemboca no final da rua ou a cadela, animal de um romance a que me reporte numa exposição anterior sobre a fobia. Esse romance é ao mesmo tempo ficção e autobiografia sobre a fobia – *Eve comme Eve em Ville* – de I. Simha. É um livro muito irregular, no qual há, ao mesmo tempo, coisas esplêndidas e outras muito fáceis. Mas é um documento clínico interessante.

Antes de me referir a algumas passagens desse livro, gostaria de situar a aposta desta pesquisa, que é cada vez mais nova para mim. Trata-se da situação do imaginário no fóbico e da relação entre o imaginário de apresentação e o imaginário especular. Nos casos de fobia que tenho ocasião de escutar, há um ponto em torno do qual se pode muito bem trabalhar: é o ponto em que ouvimos frases como “é preciso imaginar o próprio espelho” ou “espelhos jamais são como espero”, e uma preparação da imagem especular, eu diria, pelo imaginário. Creio que aí, nessa articulação difícil entre esses dois tipos de imaginário, podem se escutar coisas bastante decisivas e interpretar todos os preparativos que um fóbico deve fazer para sair à rua, não como ritos, que seriam obsessivos, mas como a manutenção de uma imagem especular que, por vezes, aquele que o acompanha representa, embora nem sempre.

Por outro lado, a fobia representa, particularmente, o isolamento de circuitos pulsionais do olhar. Mas de forma alguma da maneira como a sublimação o faz. Penso que nesse ponto o olhar está muito marcado pela oralidade, a qual não é tomada como um desvio suficiente pelo simbólico, como no caso do isolamento do circuito pulsional do olhar em um pintor, por exemplo, ou seja, na criação artística.

Vou usar alguns termos de I. Simha que são descritivos e, em seguida, vou colocar algumas questões que seriam pontos de intervenções possíveis. Ela escreve o seguinte: *A cidade está parada, congelada. Ninguém se sente com direito de circular. Não há para onde se dirigir. A cidade só está agora ligada através de centros de SOS.*

Isto me parece extraordinário, pois o espaço está totalmente desorientado. Não há destinação, não há orientação clara. O espaço está completamente descentrado. E o que quer dizer, então, “a cidade não está mais ligada agora senão por centros de SOS”? É que seria preciso ir rapidamente a esses centros diversos, sem que o percurso exista. Aí está a urgência dos centros SOS. Sem dúvida, a fobia nos coloca uma questão sobre a destinação.

Vou ler outro trecho agora: *A porta mudou de número. O número da porta não mudou de Algarismos, mas mudou de lugar. O número não mudou, nem os Algarismos, nem de lugar, mas de tamanho. Seria preciso verificar isto. O número não mudou nem de lugar, nem de tamanho, mas o espaço entre cada Algarismo já não é o mesmo, o mesmo que no momento da ordem, da ordem contrária, da ordem ambígua.*

Isso, sem dúvida, tem relação com o que eu explicava da última vez, sobre a brincadeira de roda: “passa-passará”. Ou seja, a numeração é extremamente difícil, e o intervalo entre os números, impossível de ser captado.

O que vou ler ainda, vocês verão, é muito interessante com relação à problemática dos orifícios pulsionais: *A porta seria suficientemente larga? Acaso permanecerá aberta o tempo de sua passagem? Antes de passar ela verifica o dinheiro que tem no bolso, o bolso, a bainha de sua roupa, o passaporte, pois ela é uma mulher que está engajada nesta passagem, pressionada por uma ordem, uma ordem contrária, uma ordem ambígua, uma ordem tocada de leve, uma poeira de ordem.*

Se tomarmos ao pé da letra essas descrições, que são justas por serem poéticas e não brutais, teremos um meio de intervir quanto à fobia.

A porta seria suficientemente larga? Permanecerá aberta o tempo de sua passagem?

Sábado passado, em Paris, falei também sobre os orifícios do corpo. Nessa ocasião, pensava no pequeno Hans, no interior da porta de entrada, dizendo que nada lhe impedia de sair, mas que ele estava constituindo a porta. Constituindo o espaço necessário para a passagem, assim como a imagem especular se constitui quando a gente se atém à moldura, da mesma forma que eu falava outro dia em constituir o orifício. Nós é que nos enganamos quando dizemos que ele não pode passar do interior para o exterior, pois isso supõe que haveria uma face a transpor. A problemática talvez seja mais radical no fóbico: é preciso antes de mais nada constituir a fronteira; a passagem, portanto, não está dada, está ainda por ser construída.

Antes de passar, ela verifica o dinheiro que tem no bolso, o bolso, a bainha de sua roupa, o passaporte.

Antes de mais nada, uma observação quanto ao termo verificação. Ela não verifica tempos como o obsessivo. É totalmente diferente. A escolha é muito rigorosa. “Ela verifica o dinheiro que tem no bolso”, isto é, as possibilidades de troca, o que é interessante, pois frequentemente o fóbico está fora das trocas. “Ela verifica o bolso”, ou seja, algo que é um continente, e “verifica a bainha”. Tudo isto são figuras topológicas. O que é uma bainha? É não apenas uma dobra, mas uma dobra costurada, ou seja, um ponto onde o espaço é dobrado sobre si mesmo. A bainha é uma linha de dobra sobre si mesmo do espaço. É o mesmo que o ponto de fuga, que, nos quadros do Renascimento Italiano, é um ponto de dobra sobre si mesmo. Também na curvatura pulsional, descrita por Lacan nos *Quatro Conceitos*, o ponto crítico é o que fez com que se dobrasse sobre si mesma.

Ela verifica ainda seu passaporte, ou seja, a relação entre a sua identidade e a passagem, o que lhe assegura de ser a mesma passando de um lugar a outro, sendo essa justamente a questão do fóbico. *Ela é uma mulher que está engajada nesta passagem*. Em francês, o termo engajamento, ao mesmo tempo que significa um pacto, a promessa, é a maneira como a criança está colocada, (*engagé*) no momento do parto, no colo do útero que se abriu. A literatura pode ajudar-nos muito aí, porque há momentos no texto que são, nesse sentido, muito rigorosos. Normalmente é a criança que está encaixada na mulher, enquanto que o texto diz *é uma mulher engajada (encaixada) nessa passagem*.

É verdade que a problemática do espaço que está em jogo na fobia toca muito perto da problemática do parto. Ela está engajada nessa passagem, pressionada por uma ordem contrária, uma ordem ambígua, uma ordem roçada, uma poeira de ordem. Isto é muito interessante, mas vejamos então por quê.

É pressionada por uma ordem, mas uma ordem que não é formulada. O fóbico não é alguém que tem alucinações em que lhe vêm ordens. Trata-se antes, e é um ponto de uma hipótese pessoal, de uma relação com aquilo que Lacan chama de imperativo do significante. Todos os significantes são tomados pelo fóbico de um modo muito particular, que é o imperativo. É o que chamo, em outro texto que tive ocasião de escrever, o modo da invocação.

A grande inteligência desmistificadora desses pacientes é muito interessante e tocante. É algo, aliás, que vemos nesse livro: um espírito crítico extremamente afiado; uma captação de sua história sem perdão; um rastreamento muito exato de significantes importantes, que, no entanto, deslizam como peixes dentro d'água. E nós, dificilmente, podemos intervir nesses significantes situados. Então, o que ocorre? É por isso que formulei a hipótese de que os significantes, no seu conjunto, por mais pertinentes que sejam, estavam todos juntos, voltados de uma forma que os tornava equivalentes e desmontava o próprio processo metafórico. Forma que algumas línguas conhecem, como o optativo, no grego, e que corresponde cada vez mais a essa necessidade que eles têm de imaginar o imaginário ou de inventar o tecido mesmo do imaginário.

O pequeno Hans, por exemplo, não emprega o condicional da mesma maneira que as outras crianças. As crianças dizem freqüentemente: “Ah! Se a gente fosse viajar para o campo!” “Ah! Se eu fosse papai...” “Se a gente isso...” “Se a gente aquilo...” E isso é tomado num jogo. Mas, para o pequeno Hans, trata-se de alguma coisa um pouco diferente, já que seus pais (penso em particular em sua mãe) são, em relação a ele, totalmente sugestivos. Eles têm palavras que estão inteiramente destinadas à sugestão e não apenas pelo desejo de aparecer como bons alunos de Freud. Há uma passagem em que o pequeno Hans vê alguma coisa de escuro, negro, no focinho do cavalo e, imediatamente depois, um dos pais diz a ele: “não achas que aquilo é um bigode?” O que deveria ter sido levado a sério era algo negro. Todo o desenrolar desta “análise” do Pequeno Hans mostra a que ponto ele está entregue à linguagem sugestiva.



va de seus pais. Isso é um motivo para que nos detenhamos nessa questão da sugestão.

Creio que o fóbico esteve submetido a uma tal linguagem, ou seja, a um imenso abandono. Tentemos escutar o que o pequeno Hans diz: uma vez que seu pai tinha ido embora, ele podia tomar seu lugar. Mas o que isto quer dizer? É extremamente esquemático! Significa que apenas a própria presença sustenta o lugar do pai. Ou seja, que, do lado da mãe, o lugar do pai só é mantido de uma maneira sugestiva, em relação com a mera presença, quer seja real, ou precisamente invocada, mas de forma alguma afirmada. Assim, a sugestão, que no caso do Pequeno Hans é característica sobretudo do discurso materno, passa a ter uma função tal que, cessando, não haveria ponto de referência simbólico seguro. É isso que chamo de abandono: que o lugar do pai só seja mantido pela afirmação sugestiva da mãe, particularmente pela presença da mãe ou do pai. Isso explica por que o fóbico é de bom grado desmistificador – é que ele sabe muito bem que tudo só é mantido pela sugestão no discurso parental, e tenta, sem cessar, desfazê-la para buscar estabelecer referências mais seguras.

Assim, também, no final desse belo livro. Eva, acompanhada por Eva e também pelo ator Marlon Brando, que representa a perfeição da imagem, marca um ódio da histeria muito intenso. Esse é o último ponto que vou abordar, pois não se pode abordar tudo. Há, certamente, manifestações fóbicas ligadas à histeria, mas é da fobia que estou falando. A fobia está num ódio pela histeria, já que o discurso histérico situa-se essencialmente como sugestivo e, portanto, muito destrutor para o fóbico.

Vou parar por aqui. Continuaremos com as perguntas.

Pergunta – Ontem o Dr. Melman falou sobre o real e a irrupção do real, assunto que você retomou novamente. Tenho algumas questões sobre a fobia escolar, na qual, me parece, há a irrupção de um real insuportável. Quando a mãe ou um familiar leva a criança à escola, aos 6, 7 anos, há aquela situação em que a criança chora e a mãe ou o familiar fica longe olhando para ela, e nem um nem outro se afasta. A pergunta que gostaria de formular seria: que articulação existe neste olhar e em torno deste olhar, tanto para a criança como para a mãe? Este olhar e ser olhado assegura o que mesmo à criança? Propor-se como objeto de demanda do Outro? Este medo tem alguma coisa a ver com dar valor à função paterna?

Lacôte – Eu esperava esta pergunta para retornar àquilo que tinha lançado depois de Melman sobre o real do olhar, pois não podia dizer tudo ao mesmo tempo. Creio que temos elementos para responder a partir do seguinte: se as palavras da mãe, todo o discurso da mãe, não podem dispensar a sua própria presença, mantendo-se de modo sugestivo, algo da tranquilização do estágio do espelho não pode se realizar, ou seja, o aspecto imaginário do olhar não se constitui. Sé resta, então, o aspecto real do olhar.

Parece que uma das interpretações possíveis do texto de Lacan sobre o estágio do espelho, na medida em que ele é estruturante, é ser uma forma de desfazer a sugestão. É também um meio de sideração, mas é ainda a posição da questão da sideração.

Eu havia escrito ao longo deste texto que, no final das contas, o fóbico é um iconoclasta, pois ele sabe que a imagem sidera, que a essência da imagem é de siderar e que o estágio do espelho é como todos os pontos da análise que, ou são pontos de arrolhamento, tamponamento, ou, então, são pontos de passagem. O espelho é ou uma experiência de sideração ou a postulação da questão da sideração e a saída da mesma. E, para sair da sideração da imagem, é preciso que o discurso materno não esteja colocado numa presença sugestiva. Com efeito, naquilo que você comenta sobre as fobias escolares, a criança não pode abandonar a colagem a esse ponto de referência.

Eu observei fobias escolares, sobretudo em adolescentes, em que não há apenas essa questão do olhar, mas também uma forma de não poder suportar um outro tipo de discurso que não o discurso materno. O que chama a atenção é que em nenhum caso a inteligência é perturbada.

Pergunta – Mas, em crianças, é mais freqüente a fobia escolar que na adolescência.

Lacôte – Eu tive ocasião de encontrar uma fóbica de 16 anos que, apesar de sua fobia escolar, pôde ter bons resultados nos exames finais.

Melman abordou essa questão há alguns meses, como uma maneira original de situar o Nome-do-Pai no fóbico que permitiria uma maior liberdade da inteligência, que é o que se vê no caso do Pequeno Hans.

Sobre a questão proposta da relação da fobia com a função paterna, eu não ligaria isso ao medo. O medo fóbico ou, mais exatamente, o pânico do fóbico, que poderia também ser descrito como estado de choque, é algo como um sinal ou uma defesa contra a angústia. É preciso fazer alguns desvios para situar a relação disso com a função paterna. Creio que este estado de choque está ligado a um estado brutal de abandono, quando a sugestão do discurso parental já não se sustenta mais.

Observamos, também, a incerteza dos fóbicos quanto à sua identidade sexual, o que é visível nesse livro, se tomarmos por exemplo o título *Eva como Eva. Comme* – como – é comparação; em francês e mais ainda em português, soa “com”, acompanhada: Eva com Eva. A comparação é reduzida à continuidade, mas também é acompanhada, de maneira humorística, por um ator totalmente machista, que “sacode os ombros” sob a luz dos projetores que representam o espaço centrado, que à a palavra dita por Marlon Brando. A oscilação entre Marlon Brando e a mulher é, por vezes, no texto, uma indistinção.

Pergunta – A fobia do Pequeno Hans pelos cavalos é alguma coisa que se refere ao animal; gostaria que falasse desta escolha fóbica que faz Hans. Não haveria algo de mítico nisto? Freud, em “Totem e Tabu” diz que é um retorno a um ancestral. Seria pelo pouco valor do pai, a escolha do animal? No texto “Os Nomes-do-Pai”, parece que Lacan diz que seria necessário um animal como ancestral, porque o homem em si tem pouco a se orgulhar, por ser feito de barro.



Lacôte – Talvez eu esteja enganada, mas não penso assim. É muito tentador, quando se fala em animal, ligar a totem, mas eu não caio nessa. No caso do pequeno Hans, há uma história com cavalo, que é a história do cavalinho de madeira que Freud deu a ele de presente. A escolha do animal está ligada a vicissitudes singulares, mas o que me parece importante, no animal, é aquilo que Aristóteles diz que é um autômato, e que ele chamava de automóvel. É um ponto no espaço que se move sem que se saiba qual é o motor que o faz mover-se. Isso é o que nos permite colocar a relativa unificação das fobias no espaço e das fobias de animais.

O segundo ponto sobre os animais é algo que vamos retomar, talvez juntamente com Bergès, a partir de “A Terceira”, texto de Lacan: o animal “se goza”. Trata-se da relação de um gozo mais mudo do que mítico, na medida em que seria um gozo bruto, indissolivelmente ligado à presença mesma daquilo que chamei presença sugestiva. Penso, portanto, que o animal fóbico representaria uma espécie de resto do discurso completamente desmistificado da mãe.

A segunda parte da minha resposta diz respeito àquilo que você falava sobre o caráter heráldico. É verdade que, em seus “Escritos”, Lacan fala de selos da neurose obsessiva e de brasões da fobia. Há um trecho nesse livro em que I. Simha diz que ela nasceu com as orelhas de seus ascendentes, que não tem as suas próprias e que suas orelhas serviram sobre outras bandeiras. Bandeira ou brasão é quase a mesma coisa. O que é importante aqui é que tanto o brasão como a bandeira recorrem a uma cadeia imperativa dos significantes. O que eu tentava explicar quando falei que o fóbico é empurrado por uma ordem é esta noção de brasão que está logicamente associada a uma noção de urgência, ou seja, não são ordens formuladas, mas uma torção imperativa de todos os significantes.

Isso tudo deveria ser colocado em relação com algo de que não lhes falei, pois é impossível falar de tudo, que é o espedaçamento do corpo do fóbico, que não é nem histérico nem esquizofrênico, mas que pode ser pensado, como no escrito aí, segundo tempos diferentes.

Pergunta – Sabe-se que nas fobias escolares não há problemas de inteligência, mas, pela dificuldade em permanecer em aula, terminam surgindo dificuldades de aprendizagem. Vê-se, nas escolas, que essas crianças são muito ajudadas pelos pais ou por professores particulares. Desta forma, então, o problema de aprendizagem fica solucionado, mas elas sozinhas não conseguem sair disso. Como você veria isto?

Lacôte – Você tem toda razão. A dificuldade é que só se tem soluções singulares no caso dos fóbicos. Isto coloca em questão mais o acompanhamento escolar do que a inteligência em si. É preciso considerar sempre a possibilidade de soluções com professores durante o tratamento. Não acho que seja necessário ir contra, mas é uma posição pessoal. Eu sei que algumas analistas infantis são muito intransigentes quanto a esta questão. Eu não sou em nada intransigente, acho que isto só leva a uma perda de

tempo para a criança, podendo mais tarde provocar uma marginalização, e que o problema não é o do acompanhamento, mas um problema de discurso. O importante é que, na posição clínica laciana, o acento é na estrutura do discurso, por exemplo, parental. Isso leva a decisões para a direção da cura que não são negligenciáveis.

Pergunta – Gostaria de retomar o último ponto, em que tratavas de diferenciar algumas questões relativas à fobia e à histeria. Mencionavas o ódio da fobia em relação à histeria. Também trouxeste a questão da fobia como uma placa giratória, que não estaria nem no terreno da neurose nem no da psicose, mas à parte. Gostaria de ponderar esse ponto com o que Calligaris disse, em agosto, a respeito da hipótese de uma neurose de base, indefinida, que viria a se desdobrar numa neurose histérica ou obsessiva, conforme o caso. E, também, com formulações que já vi, em que a fobia está situada como um desdobramento da estruturação histérica, ou da histeria de angústia, que parece uma formulação bastante distinta da que colocas.

Lacôte – Sim, é totalmente diferente, o que mostra muito bem como a discussão permanece aberta. Efetivamente, Calligaris e eu trabalhamos juntos, mas não chegamos exatamente às mesmas conclusões. Mas, tanto para um como para outro, essas são ainda questões. Eu creio que, a originalidade da fobia, nós ainda não teorizamos.

Há um texto de Melman que vai ser publicado em breve, que ele apresenta como ensaio, sobre a originalidade do nó fóbico. O que coloca efetivamente a questão é algo que não tive tempo de falar, a saber, estas fobias infantis necessárias. Estes momentos de fobia que toda criança conhece e que, na maioria dos casos, desaparecem sem se transformar, mas, sim, cedendo lugar a esta ou àquela estrutura neurótica, por exemplo. É nesta base que a questão está colocada. É preciso observar que tudo que toca às manifestações da infância se desdobra numa organização do real, do simbólico e do imaginário, que não é a mesma do adulto.

ENTREVISTA

DO LITORAL À FRONTEIRA

Ana Maria Madeiros da Costa*

É com satisfação que compartilhamos com o leitor algumas breves reflexões que ANA COSTA produziu especialmente para a Revista. Breves, mas não menos precisas, instigantes e inovadoras. Características estas que têm revelado seu estilo em suas produções no campo psicanalítico. Sem se dizer “especialista” no tema da adolescência, podemos acompanhar, em suas publicações mais recentes, o quanto a abordagem de tal assunto tem lhe feito avançar em temáticas cruciais para uma psicanálise inserida em seu tempo. E quanto ao espaço? Bem, passemos a palavra a nossa entrevistada.

REVISTA: Você acha que o termo “fronteiras” permite que tenhamos, como a faixa de Moebius, a representação de uma linha divisória complexa, a qual não delimita um simples dentro e fora, mas uma pluralidade de relações?

ANA COSTA: Essa questão é interessante. Leva a uma outra indagação: será que na fita de Moebius se representa uma “fronteira”? Sempre que nos encontramos com essa última expressão, a representação que temos é a de dois países estrangeiros um ao outro, o que significa duas línguas, duas culturas e uma demarcação de território.

* Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Doutora em Psicologia Clínica (PUC/SP). Psicóloga do Instituto de Psicologia/UFRGS, Coordenadora do Programa de Pesquisa e Extensão “Adolescência e experiências de borda”/UFRGS. Autora dos livros *A ficção do si mesmo*, Cia. de Freud, 1998 e *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*, Relume-Dumará, 2001. E-mail: aclv@plug-in.com.br

rios. Nesse sentido, a fronteira é a linha divisória, que permite saber que você está indo de um lugar para outro. Se você está saindo de seu país e cruza a fronteira, você sabe que terá que falar outra língua, resolver os problemas de câmbio para uma outra moeda – o que significa que seus valores não serão os mesmos. Frente ao estrangeiro, você pode ter atitudes diferentes: ou bem de estranhamento e rechaço frente à diferença de seu lugar de origem, ou bem de idealização, com a busca de se parecer o mais possível com os autóctones. Nessas situações de turismo, ou mesmo de imigração, o que fica ressaltado é a diferença (mesmo imaginária) entre dois lugares. Mas – vamos ver até onde esta analogia nos leva – o espaço mesmo onde se localiza a linha divisória da fronteira é diferente. Nesse espaço, as coisas se misturam: os costumes, expressões e línguas acabam sendo híbridas, na incorporação mútua dos elementos “estrangeiros” aos do país de cada um. Assim, a linha demarcatória é uma condição que, necessariamente, promove alienação, onde o jogo especular e a relação ao duplo se sustentam com maior radicalidade. É nesse espaço em que as necessidades de separação provocam violência, pela grande alienação em que se encontram. Os exemplos são inúmeros e temos o nosso, no sul, onde a fronteira se estabeleceu pela “degola” do irmão espanhol.

O que melhor se mostra na fita de Moebius é essa espécie de confusão que a relação ao espaço e ao imaginário provocam. É tanto assim que se pode transitar por dois lugares distintos, passando-se de um a outro sem reconhecer distinção. Lacan a usou muitas vezes para mostrar a estreita vinculação, na relação sujeito/Outro, provocada pelas expressões da demanda. Isso que imprime uma certa confusão moebiana nesses espaços, passando-se de um a outro sem perceber distinção. Nesse sentido, é difícil reconhecer se, quando a criança chora de fome, não é, também, a necessidade da mãe (de alimentá-la) o que está em causa. Esse exemplo é bem simples, mas podemos citar inúmeros outros que se expressam nas relações de amor. Neles, temos sempre uma separação como condição necessária da união. Ou seja, quando a mãe, na demanda, toma o corpo da criança como se fosse seu, temos esse lugar do “como se” preservado. É isso que faz com que a demanda seja o mais “duro” de se extinguir porque ela pode ser inesgotável, na medida em que não há satisfação real.

Temos uma outra forma de demarcação de limite, da qual Lacan também se utilizou, e que é um litoral. Ele a desenvolve no texto *Lituraterra*, criando esse neologismo que dá título ao trabalho. Num litoral, é onde vemos, com maior clareza, um encontro de heterogêneos. Enquanto na fronteira entre duas línguas é possível transitar pelos enlaces do imaginário, o litoral se inscreve a partir de dois elementos heterogêneos, onde o jogo de diferença e identidade não está colocado a princípio. No litoral, os dois elementos não se misturam, não permitindo um jogo de continuidade entre eles. Para que haja trânsito entre eles, torna-se necessária a produção de um ato que

permita o transporte de um registro a outro. Avançando na metáfora, se pensarmos, por exemplo, na época das grandes navegações, não foi suficiente construir navios, precisou-se construir ficções que permitissem cruzar o oceano. Fazendo uso de uma abordagem de Allouch, podemos dizer que, enquanto nas fronteiras há necessidade de tradução de uma língua a outra, no encontro de heterogêneos podemos pensar que há necessidade de transcrição de um registro para outro, na medida em que são dois registros (duas formas distintas de apresentação da memória).

Pois bem, fiquei pensando que a puberdade poderia se constituir em litoral e a adolescência em produção de fronteiras. Assim a adolescência re-corta, re-inscreve aquilo que pode ter sido experimentado como falha na própria língua (uma ausência no lugar do registro especular, do corpo como representação) durante a puberdade. A experiência da puberdade é muda por princípio. Por essa razão, na adolescência, acontece a reedição dos princípios mesmos da possibilidade de representação – seja na reedição do Édipo ou mesmo do espelho. Assim, ali onde se constituía ausência de continuidade na puberdade, o artifício da adolescência traduz como um território de fronteira entre duas línguas. Nessa faixa tudo é híbrido, tudo se confunde. Até mesmo a onipotência do adolescente, num fazer ativo o que sofreu passivo da onipotência do Outro da infância.

REVISTA: Você acredita que as “fronteiras” auxiliam a pensar as entidades clínicas chamadas de “estado limite” ou *borderline*?

ANA COSTA: Não gosto muito da expressão *borderline* porque sempre me traz uma ressonância psiquiátrica, e não podemos desconhecer o registro no qual as palavras se “criam”. Quanto a “estado limite”, a palavra “estado” pode estar referida a evento, acontecimento. Nesse sentido, pode confundir-se com uma operação adolescente e reeditar uma fronteira. Esses acontecimentos podem surgir no âmbito da neurose, fazendo-se necessária a constituição de uma outra língua para expressão do recalque originário – o “umbigo” da privação da própria língua.

REVISTA: O que a clínica da fobia pode ensinar sobre a distribuição dos espaços na adolescência?

ANA COSTA: Em toda transposição de trauma podem constituir-se pelo menos duas saídas mais extremas: a angústia derivar numa representação “externa” (por exemplo, na fobia), ou derivar numa representação “interna” (sintomas físicos). Estou chamando mais genericamente “trauma” um acontecimento que desarranja o sintoma responsável pelo sustento do sujeito nas relações. Por que será que a puberdade traz características de trauma? Afinal de contas, nesse momento, acontecem modificações que já estão antecipadas nos discursos por onde o púbere circula. No entanto, é diferente a relação de um discurso que se reduz a um código da relação da experiência que

produz um sujeito. A experiência necessita de uma incorporação: passar pelo corpo. Essa passagem, como referimos enquanto encontro de heterogêneos, não é simples. É preciso encontrar um determinado traço em comum (a “corpo” e a “discurso”) a partir do qual seja possível ao sujeito reconstituir o “como se” – a dimensão da ficção, da fantasia. Esse traço em comum pode ser construído na fobia. O traço em comum é aquele que permite furar o código, singularizando uma falta a partir da qual o sujeito pode se contar na experiência. Não é por nada que a fobia precede a construção do chamado sintoma de estrutura. Ela é responsável por recortar traços. Sem essa condição (primeiro registro de uma falta no Outro) não há construção do sintoma estrutural.

Será que os diferentes momentos da vida produzem diferentes fobias? Responder a isso não é simples, porque também poderia se pensar que as fobias se produzem de acordo com a forma particular de relação ao Outro que as diferentes estruturas organizam. Vou arriscar desenvolver alguns cruzamentos dessa questão. Em todo caso, vamos partir da questão inicial de que a fobia é uma forma de resposta ao encontro de um índice da falta no Outro. Esse índice apresenta-se basicamente de duas formas: na passagem inanimado/animado e nas relações presença/ausência.

O índice da passagem inanimado/animado é representado, privilegiadamente, naquilo que Freud denominou zoofobia – a fobia de animais. Nela, vemos representar-se um momento em que coisa e nome podem ser equivalentes. A escolha do animal fóbigeno é semelhante à eleição de um totem: momento crucial em que o medo representa o interdito de uma representação. Essa operação possibilita a instituição de intervalos e recortes de lugares, que permitem ao sujeito se contar. Ou seja, a possibilidade de incluir-se ou excluir-se, bem como estabelecer dentro e fora. Frequentemente, o retorno desse momento apresenta-se nos sonhos com animais, que, nesse retorno secundário, permite belos jogos de metáforas.

O índice da passagem que chamamos genericamente presença/ausência surge privilegiadamente na fobia do espaço. Nela, é como se num jogo de simbolização o sujeito ocupasse o lugar de um carretel, que tivesse perdido o fio que solda presença/ausência. Assim é que todo deslocamento assemelha-se a uma queda no nada, na medida em que falta a presença do duplo especular para sustentar o jogo presença/ausência. É por essa razão que tem efeito o acompanhante contrafóbico, na medida em que a falta se sustenta somente “em presença”.

É possível perceber que as fobias expressam os suportes – os dois índices da falta no Outro – que serão responsáveis pela produção das identificações: seja na relação a um traço, seja na relação ao semelhante. Como mencionamos anteriormente, na adolescência acontece uma reedição dessas fundações, o que torna o adolescente particularmente sensível a sintomas fóbicos.

REVISTA: E o *acting out* e a passagem ao ato, o que podem revelar sobre os atos adolescentes?

ANA COSTA: É difícil abordar, de uma forma tão genérica, essas duas expressões de atos. Teria de desenvolver todo um trabalho para situar teoricamente essas duas referências, coisa que excederia a condição de uma entrevista. Prefiro ligá-las, então, à construção de fronteiras como demarcação de territórios e acrescentar uns poucos elementos àquilo que já coloquei antes. Digamos, de uma forma aproximada, que essas duas expressões de atos se registram do outro lado do espelho, na medida em que o índice da falta no Outro não é suportado na dialética do semelhante. Podemos, talvez, dizer que é ao Outro – ele mesmo – a que o ato se dirige. O sujeito, então, está alienado a seu ato – confundido com ele – de uma forma absoluta. No *acting out*, reconstituindo, no seu ato, o significante enquanto valor de potência fálica. Na passagem a ato, encenando a falta primeira – a falta do recalque originário – *a priori* necessário para que qualquer relação ao desejo se coloque.

A TABACARIA DE PESSOA

“A rua e o arrepio metafísico
da interrogação sobre o real”

Lúcia Serrano Pereira*

Fernando Pessoa, um dos mais importantes poetas contemporâneos, o poeta da dissonância, é o único caso de heteronímia na literatura universal. A heteronímia, na literatura, se articula com a questão da subjetividade para a psicanálise: o que acontece em Fernando Pessoa não é uma simples multiplicação de um “eu” em vários, mas o desdobramento de uma alteridade em tal dimensão que o retorno ao Um se torna impossível. “Transbordei, não fiz senão extravasar-me” (Pessoa apud Perrone Moisés, 1990, p.11).

No “dia triunfal” de 8 de março de 1914, surge, em sua produção, outras vozes nomeadas: primeiro, Alberto Caeiro, o “mestre”; a seguir, Ricardo Reis e Álvaro de Campos. Cada “outro” com produção e estilo próprios, biografia e até mesmo tipo físico. Alberto Caeiro, em busca da sensação pura, o poeta da despersonalização, produz odes modernas dentro de um projeto antipoético. Ricardo Reis é o poeta da ética da abdicção, da transitoriedade, misto de estoicismo e epicurismo (*carpe diem*), clássico, tendo como referência Horácio. Álvaro de Campos, futurista em seu primeiro tempo, poeta da tensão; do “sentir tudo de todas as maneiras”, paradigma da modernidade, é o autor de *Tabacaria*.

O poema *Tabacaria* foi publicado na revista *Presença* (julho de 1933) e teria sido composto no dia 15 de janeiro de 1928. A referência que se conhece é a de que no

* Psicanalista, vice-presidente da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, mestranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: luciasp@portoweb.com.br

prédio em frente a um dos escritórios em que Fernando Pessoa trabalhava, na “Rua dos Retroseiros” existia uma tabacaria, a “Havanesa dos Retroseiros”, que teria dado nome ao poema. Não se sabe se a relação é certa, mas, de qualquer maneira, é considerada essa poesia (que é falada de um lugar muito especial) como uma produção emblemática, concentradora da obra de Fernando Pessoa, e um dos poemas mais famosos da língua portuguesa.

Eduardo Lourenço, em seu livro *Pessoa Revisitado* refere que, a partir de 1926, desde o poema *Lisbon revisited*, aparece na produção de Pessoa a mesma orfandade metafísica (coincidente com a orfandade real, a morte de sua mãe) de “estrangeiro aqui e em toda parte”. Em *Tabacaria*: “E tudo isto é estrangeiro, como tudo”: “A verdade é que todos os poemas a partir dessa data tem todos um lado de sobrevivência e por vezes de agonia de si mesma cansada. Deles emerge como resumo mítico de Álvaro de Campos, poeta da universal Ilusão e por isso mesmo dilacerantemente amada e interrogada, acaso o mais grandioso e memorável poema de Pessoa, *A Tabacaria*” (Lourenço, 1973, p.191).

Para Eduardo Lourenço, esse poema concentra toda a obra de Álvaro de Campos – alma excedida de si mesmo e do universo – trazendo o aroma que não se apaga de todos os excessos. Refere que Pessoa soube transformar a simpática tabacaria da cidade terrestre e seu humilde dono no símbolo mesmo do Universo e de seu mistério, simultaneamente evidente e incompreensível, real e inacessível, pondo em questão sua angústia pessoal, como que portando um poder mítico e, ao mesmo tempo, ultrapassando-a, na medida do possível, por “um último sorriso de compreensão e aceitação infinitas da mesma Ilusão” (Lourenço, 1973).

A produção de um autor como Antônio Tabucchi merece também ser levada em conta em se tratando de Fernando Pessoa. Tabucchi, em seu livro *Pessoana mínima*, escreve um artigo curioso, intitulado *Pessoa, Campos e os cigarros*. Abre o artigo com as seguintes palavras: “Há um fio de fumo que atravessa a Europa literária do século XX” (p.63) (para unir imaginariamente duas cidades, Lisboa e Trieste, e dois escritores, Pessoa e Svevo, relação literária que trabalha no texto. Svevo é o pseudônimo de Schmitz, autor do romance *A consciência de Zeno*. Tanto Schmitz quanto Pessoa eram fumantes inveterados, observa Tabucchi).

O século XIX teria sido rico em absinto e ópio (o real e o mal-estar de seu tempo?), há textos soberbos do século XX dos quais podemos nos aproximar através do sabor fugitivo de um cigarro. Segundo Tabucchi (1984), o poema *Tabacaria* é todo ele marcado pela dialética entre o fenômeno da realidade, simbolizada pela tabacaria do outro lado da rua, e pelo “arrepio metafísico da interrogação sobre o próprio real” (p.71). Questiona: por que é que tem que ser exatamente uma tabacaria a veicular a imagem de uma realidade sem metafísica? Podemos nos contentar com a informação sobre a “Havanesa dos Retroseiros”, mas quantas lojas ele não teve diante dos olhos,

quantos pequenos restaurantes, cafés (o célebre Martinho da Arcada) dos quais era freqüentador, as “lojecas da Baixa” descritas por Álvaro de Campos, por que essa escolha? Tabucchi prefere pensar nessa escolha como não casual, como uma espécie de escolha necessária. Uma forma criativa, a meu ver, de fazer os significantes trabalharem. Sua proposição é ousada: “Campos escolhe forçosamente, cometendo um típico *lapsus* freudiano, exatamente essa loja e não outra porque é exatamente nesta loja que se vende um produto que ele emprega habitualmente, embora sem se dar conta disso, para” neutralizar “a sua angústia metafísica: o tabaco” (Tabucchi, 1984, p.72).

Trata-se de uma especulação, podemos argumentar, mas é uma proposição que, se examinada internamente ao poema *Tabacaria*, encontra sustentação – o momento em que o poeta acende um cigarro, saboreia no cigarro a libertação de todos os pensamentos, segue o fumo e goza “num momento sensitivo e competente” (p.74) a consciência de que a metafísica é uma consequência de estar mal disposto (disposto/exposto ao mal-estar, angústia metafísica?). Fumo, fugacidade, século XX e suas metáforas. Tanto o cigarro como os jornais, as quinquilharias das tabacarias remetem para o efêmero, a rapidez, o descartável, o que se esfumaça na sociedade de consumo, a mercadoria, a brevidade e rarefação.

Em *O poema e as máscaras*, Carlos Felipe Moisés (1981) situa o poema destacando sua configuração fechada e coesa, síntese de uma visão do mundo como nenhum outro poema do autor, texto privilegiado, articulador das grandes linhas de força, os núcleos essenciais da poesia pessoana. *Tabacaria* pode ser concebido tanto como um ponto de partida – núcleo gerador de perspectivas poéticas –, como de chegada, de “recolha”, como diz, como a reunião da diversidade de elementos que estão dispersos na obra de Pessoa.

A temática de *Tabacaria* traz os elementos do ser, do nada, da totalidade, do impossível, do sonho, da realidade, e, em especial, toda a interrogação pelo ser e pelo fazer poético. Os elementos são apresentados no seu confronto – tudo/nada, sonho/realidade, dentro/fora. Vale a pena irmos devagar nessas oposições; não se tratam de confrontos excludentes mas de uma organização em constelação, esse “universo” em movimento. Ordens contraditórias que se articulam, podemos dizer (como no inconsciente).

“Não sou nada

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo”.

Como não sofrer o impacto dessas palavras que nos introduzem em *Tabacaria*? São fortes, categóricas, e nos põem no contato direto com uma de suas questões mais contundentes: totalidade e negatividade. É um início extremamente concentrador do desenvolvimento de todo o poema, que segue “de um só fôlego”, perto da narrativa, sem padrões de retorno ou de regularidade.

“Não sou nada” se desdobra e ganha força nas afirmações seguintes, nas variações que deslizam até “tenho todos os sonhos do mundo”. O “ser” e o “ter”, campos distintos, mas cuidadosamente articulados, constituem um ponto pivô na poética de Fernando Pessoa que não cessa de ser posto em questão – a divisão que cinde o sujeito lírico, a reiterada indicação daquilo que é faltoso, “que não fecha”.

A relação entre “não ser nada” e “ter todos os sonhos do mundo” pauta todo o desenvolvimento do poema, que vai apresentar, na seqüência, mais um desdobramento conseqüente a essa divisão:

“Janelas do meu quarto,
Do meu quarto de um dos milhões do mundo que ninguém sabe quem é
(E se soubessem quem é, o que saberiam?)
Dais para uma rua inacessível a todos os pensamentos,
Real, impossivelmente real, certa, desconhecidamente certa,
Com o mistério das coisas por baixo das pedras e dos seres,
Com a morte a por humidade nas paredes e cabelos brancos nos homens,
Com o destino a conduzir a carroça de tudo pela estrada do nada”.

Janelas do quarto que aparecem como moldura, abertura, passagem na distribuição dos lugares: de um lado, o sujeito que se interroga no espaço do quarto, privado, isolado, espectador não reconhecido, observador da outra cena; do outro lado, a cena da rua, pública, espaço da ação, dos fatos acontecendo, espaço da atualização, onde “os sonhos poderiam vir a ser realidade”, mas onde o cruzamento entre esses dois lugares encontra um impossível.

O sujeito que interroga, que se indaga sobre o mistério das coisas, sobre a passagem do tempo, sobre a morte, a finitude, é produzido, ele mesmo, como efeito de sua interrogação. É a partir dessas indagações que “ele é”. O homem da rua, a menina, o Esteves “sem metafísica” são aqueles que fazem, que compram cigarros, que comem chocolates, que passam apenas, não se detêm na interrogação. Lembra o texto de Walter Benjamin (1989) com o comentário sobre o conto de Edgar Allan Poe, *O homem na multidão* que fala do convalescente de uma doença grave que, sentado em um bar, desde o seu interior, observa a rua através da janela, o movimento intenso da multidão que passa apressada, distraída, fervilhante, enquanto ele, destacado desse movimento (“perdi-me na contemplação da cena da rua”) pode pôr um olhar de certa maneira deslocado sobre o exterior, marcado por uma espécie de exílio, a doença grave, por vislumbrar algo do limite, o que para os outros naquele contexto não está em questão. Essa parece ser a linha divisória que marca a impossibilidade de recobrir um mundo pelo outro, ou uma posição pela outra. “Há uma impossibilidade de fazer que o pensamento tenha acesso à rua, transformado em ação – e, inversamente, a impossibi-

lidade de reduzir a pensamento a ação das pessoas que cruzam a rua, compreendendo-lhe os significados e a finalidade” (Moisés, 1981, p.70).

Não há como conciliar o que seria como duas realidades distintas: a do sujeito que se interroga, que é pensando, contemplando (evocando a posição neoplatônica em Pessoa), e a realidade da rua, a ação. A rua é real para aqueles que estão nela, que a cruzam, que a povoam, mas impossivelmente real para quem está “do outro lado”, no quarto, lançando o olhar e o pensamento sobre a rua. A rua também se constitui enquanto objeto de interrogação. “O mistério das coisas por baixo das pedras e dos seres”, o desconhecimento, a rua está ali como mistério a ser desvendado. Mistério por baixo, a dimensão do “oculto” pessoano que, talvez, nesse caso, se remeta à própria condição de “outridade”, do impossível recobrimento das coisas em termos de identidade, de substituição, de sempre haver uma outra palavra, uma outra cena. “Com o Destino a conduzir a carroça de tudo pela estrada de nada” (1996, p.61). O caminho é circular, e voltamos aqui ao termo do primeiro verso, o nada.

Em *Fundamentos filosóficos da obra de Fernando Pessoa* temos o apontamento da existência do ser através do nada que o fundamenta. A citação é de Pessoa: “Há uma tendência criadora em mim de entificar e nadificar. Não concebo o ser sem lhe apor o nada e não concebo o nada sem, automaticamente, o entizar” (Pessoa, [(1928)1996], p.134). O nada é necessário para que o ser exista e está em uma condição de precedência sobre o ser. O “ser” sai, por oposição, do “não-ser”, que vem antes. Reafirma-se a constituição do sujeito, que parte inicialmente de uma alteridade, negação, daquilo que se situa como não-eu, fora do eu, uma exterioridade que vai produzindo as bordas do eu, da positivação como eu. O não vem primeiro, o fora precede o dentro em matéria de identidade. A questão é reiterada na obra de Pessoa: “Mas ser e não ser, real e irreal, não serão, no fundo, meros episódios de uma aventura interior?” (Pessoa apud Coelho, 1971, p.134).

A carroça conduzida pelo destino, em um caminho com “o mistério das coisas por baixo” traz o “se saber” sem condições de domínio: um homem subordinado a algo que o ultrapassa, seja o Destino, Deus, a contingência ou mesmo a sua própria situação dividida, essa que o torna incapaz de dar conta de todos os seus atos, por haver uma disjunção fundamental entre ser e saber. O “estou hoje dividido”, no poema, apresenta a dicotomia entre a lealdade devida...

“À Tabacaria, do outro lado da rua, como coisa real por fora, e
E à sensação de que tudo é sonho, como coisa real por dentro”.

“Ser o que penso?” pergunta o poeta da *Tabacaria*. “Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou?”

A possibilidade de coincidir ser e pensar se dá em momentos fugazes, entre grandes intervalos angustiados. Um desses momentos de certa fulguração no poema e,

que pode nos remeter, talvez, a essa alternância de certa forma inexorável, é introduzida por uma de suas mais belas expressões: “escravos cardíacos das estrelas”.

“Escravos cardíacos das estrelas,
Conquistamos todo o mundo antes de nos levantar da cama;
Mas acordamos e ele é opaco,
Levantamo-nos e ele é alheio,
Saímos de casa e ele é a terra inteira,
Mais o sistema solar e a Via Láctea e o Indefinido”.

A cada acordar, ainda na zona de passagem entre o dormir e o despertar, ainda em intimidade com o campo do sonho, o homem pode achar que tem uma ligação, uma comunhão com o andamento do universo, das estrelas. Cardíaco das estrelas. Que o ser toca com sua pulsação algo do ilimitado, sonhando com uma altura impossível, inatingível, intangibilidade reconhecida no momento seguinte, no despertar. É depois do acordar que o mundo é opaco e alheio (e o sujeito cheio de sintomas, de inibições...).

“Estou hoje vencido”.
“Falhei em tudo”...

Entre a ambição e o realizado se remarca a impossibilidade, talvez imaginizada como impotência.

“Em quantas mansardas e não mansardas do mundo
Não estão nesta hora gênios-para-si-mesmos sonhando?
Quantas aspirações altas, nobres e lúcidas –,
Sim, verdadeiramente altas nobres e lúcidas –,
E quem sabe se realizáveis,
Nunca verão a luz do sol real nem acharão ouvidos de gente?
O mundo é para quem nasce para o conquistar
E não para quem sonha que pode conquistá-lo,
ainda que tenha razão.
Tenho sonhado mais que o que Napoleão fez.
Tenho apertado ao peito hipotético mais humanidades do que Cristo.
Tenho feito filosofias em segredo que nenhum Kant escreveu.
Mas sou, e talvez serei sempre, o da mansarda,
Ainda que não more nela;
Serei sempre o que não nasceu para isso;
Serei sempre só o que tinha qualidades;
Serei sempre o que esperou que lhe abrissem a porta ao
pé de uma parede sem porta
E cantou a cantiga do Infinito numa capoeira,
E ouviu a voz de Deus num poço tapado. Crer em mim?”

Não, nem em nada”.

Com a impossibilidade, o tom nos evoca a melancolia que cai como efeito desse profundo desencontro sem remédio, no dizer do poeta, pela via das oposições sonho/realidade, contemplação/ação, mas que paradoxalmente é o desencontro que funda, que sustenta as condições para o fazer poético: o que não nasceu para isso, aquele que é sustentado por uma espécie de negatividade, de renúncia a estar imerso no mundo da realidade da ação para poder ouvir a voz de Deus num poço tapado, ou a cantiga do Infinito, ou estar frente a essa parede sem porta, que impede o acesso à rua. O gênio-para-si-mesmo “se sabe”, “se supõe” como tal, mas não é reconhecido pela História, pela tradição, à diferença de Napoleão, Cristo e Kant “conquistadores do mundo”. O mundo é para quem nasce para o conquistar, e não para o sonhador, poeta. O paradoxal é que o poeta é ele mesmo produtor de atos alteradores, em outro registro: o da criação.

No poema o eu lírico reitera uma procura:

“A aprendizagem que me deram,
 Desci dela pela janela das traseiras da casa.
 Fui até o campo com grandes propósitos.
 Mas lá encontrei só ervas e árvores,
 E quando havia gente era igual à outra”.

Descer da aprendizagem que lhe deram, “descer” podendo levar a “se dispensar” dessa tradição, ainda reforçando mais o contraste entre a tradição elevada e de fachada, em contraposição às traseiras da casa, a não-fachada, o campo, o suposto retorno à natureza. De qualquer forma, o encontro é com a decepção: o campo se apresenta como mais uma ilusão, ervas e árvores quem sabe reais como a rua, e a gente igual à outra.

Que dizer dessa outra gente? Um dos momentos mais fortes do poema, fica a reverberar nos ouvidos. É a passagem da pequena dos chocolates:

“(Come chocolates, pequena;
 Come chocolates!
 Olha que não há mais metafísica no mundo senão chocolates
 Olha que as religiões todas não ensinam mais que a confeitaria.
 Come, pequena suja, come!
 Pudesse eu comer chocolates com a mesma verdade
 Com que comes!
 Mas eu penso e, ao tirar o papel de prata, que é de folha de estanho,
 Deito tudo para o chão, como tenho deitado a vida)”.

Ao mesmo tempo em que é uma interpelação forte, ela se dá toda entre parênteses, o sujeito poético está falando para ela, imperativo, mas não propriamente com ela. O retorno dessa fala é sobre si mesmo, fala agressiva (quase vemos o poeta esfregar, mesmo, o chocolate na cara da menina), perplexidade frente a essa menina que

está como se fosse “toda comendo chocolates”, esquecida do que quer que seja que pudesse estar para fora de sua ação.

O eu que ali enuncia está nesse tecido de palavras que o separa de estar “todo” na realidade. A menina, ela se encontra mergulhada em seu ato, no prazer do chocolate, nenhuma dúvida sobre seu ser no mundo.

A metafísica e o chocolate. Ali surge a equivalência entre religião e confeitaria como uma ironia. O que as religiões lutam por apaziguar, conciliar, responder, um chocolate o faz na perfeição, em um gozo talvez por demais na implicação do corpo.

“Suja, pequena suja”.

Tabacaria vai nos trazendo, nesses momentos fugazes, pela via da poética, o que é da ordem da cisão subjetiva, corte entre sujeito e objeto. Uma das formas de dizer o impossível, o real para Lacan: o que o homem perde na operação significativa é o fato de que seu corpo não o representa enquanto sujeito.

Mais adiante, vai surgir “atiro a roupa suja que sou, sem rol (...)”. Desfazer-se de si como roupa suja, o movimento de se desfazer, de se livrar, talvez, dessa materialidade que sempre faz o desencontro se evidenciar. Atirar a roupa sem rol é para não retornar, é sem volta.

“Meu coração é um balde despejado (...)” as musas não estão mais lá, não comparecem, desde a deusa grega concebida como estátua, a patrícia romana impossivelmente nobre e nefasta, a dama do amor cortês gentilíssima e colorida, a marquesa do séc XVIII decotada e longínqua, a cocote célebre, e, na atualidade “não sei quê moderno”. A série dessas mulheres – musas, mitos, vai, desde o divino, descendo cada vez mais, os adjetivos são cada vez mais mundanos – nobre, colorida, decotada, até a diluição nesse “não sei quê moderno”. A série traz, da mesma forma, desde o homem perfeitamente integrado à comunidade, até o séc. XX, esvaziado de mitos, fundado no individualismo, no isolamento.

A rua que o sujeito poético vê agora com uma nitidez absoluta é sem mitos. São lojas, carros, passeios, cães, “entes vivos” vestidos – um universo esvaziado, tudo isso é estrangeiro. A rua era mistério e agora é nitidez, é desvendada e ao mesmo tempo aparente.

“Quando quis tirar a máscara,
Estava pegada à cara”.

A máscara se prende ao ser, o poeta é um fingidor, as máscaras são inevitáveis, ficções, algo da verdade. “No século XX, o poeta já não ocupa aquele lugar reconhecido de *vidente* que lhe coube no Romantismo; perdeu a auréola (Baudelaire), a supervisão, e só tem acesso à visão parcial dos fenômenos” (Perrone Moisés, s/ ref.).

Ao final, o poeta e a tabacaria diretamente confrontados. Os dois morrerão, um deixa versos, o outro a tabuleta. Depois morrerão os versos, a tabuleta, a rua onde esteve a tabuleta, a língua em que foram escritos os versos, o planeta. Em outros siste-

mas, qualquer coisa como gente continuará fazendo coisas como versos...

“Continuará fazendo coisas como versos e vivendo
como gente
Sempre uma coisa defronte da outra”.

A referência à inutilidade, a impossibilidade, até o momento em que uma ação toma conta da “cena”:

“Mas um homem entrou na Tabacaria (para comprar tabaco?)
E a realidade plausível cai de repente em cima de mim”.

É o momento de fumar aquele cigarro, de pensar ironicamente em um casamento com a filha da lavadeira.

“O homem saiu da Tabacaria (metendo troco na algibeira das calças?)
Ah, conheço-o: é o Esteves sem metafísica.
(O Dono da Tabacaria chegou à porta).
Como por um instinto divino o Esteves voltou-se e viu-me.

Acenou-me adeus, gritei-lhe Adeus ó Esteves!, e o universo
Reconstruiu-se-me sem ideal nem esperança, e o Dono da Tabacaria sorriu”.

Para concluir, voltamos às palavras (e à sensibilidade) de Antônio Tabucchi: “A esta altura, Campos, com o universo que se lhe reconstrói sem ideal nem esperança, é também ele um “Esteves sem metafísica”, um homem prático, quotidiano, nítido, que poderia possuir uma horta. Um homem “normal”. Só que esta normalidade dura o momento sensitivo e competente de um cigarro” (Tabucchi, 1984, p.74).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COELHO, Antônio Pina. *Os fundamentos filosóficos da obra de Fernando Pessoa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- LACAN, Jacques. *O seminário. Livro 7. A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LOURENÇO, Eduardo. *Pessoa revisitado. Leitura estruturante do drama em gente*. Lisboa: Editorial Inova/Porto, 1973.
- MOISÉS, Carlos Felipe. *O poema e as máscaras*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- MOISÉS, Leyla Perrone. Pensar é estar doente dos olhos; e Pessoa ninguém? Artigo fotocopiado, sem referências bibliográficas
- PESSOA, Fernando. *Poesias*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1996.
- SOLER, Colette. *L' aventure littéraire ou la psychose inspirée*. Rousseau, Joyce, Pessoa. Paris:...In progress Editions du champ lacanien, 2001.
- TABUCCHI, Antônio. *Pessoana mínima*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- TUTIKIAN, Jane. Notas de seminários proferidos no curso de pós-graduação em Letras, Porto Alegre, UFRGS, 2002.

FREUD E A PÓLIS: ESPECTROS DA GUERRA*

Paulo Endo*

Nesta curta reflexão, procurarei me restringir a um único tema: as elaborações de Freud sobre a Guerra em certos textos deste período, buscando apontar algumas diretrizes daquilo que considero a contribuição psicanalítica sobre a violência quando considerado o contexto social em que esta reflexão se inscreve.

Sabemos do desastre produzido na Europa com o advento das duas grandes guerras. Quanto a Freud, além de ter que enfrentar o esvaziamento das fileiras dos muitos psicanalistas (Karl Abraham, Sandor Ferenczi, Otto Rank, Max Eitington) con-

* Em 1998 apresentei no Congresso Regional da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), um trabalho sobre o índio Pataxó José Galdino dos Santos, queimado vivo por quatro jovens de classe média, enquanto dormia num banco em praça pública no Distrito Federal. Minha intenção era contribuir neste debate escuro com a lamparina psicanalítica. Naquele episódio, os quatro rapazes procuravam um alibi na alegação de que tudo não passava de “uma brincadeira”. Em novembro de 2001, voltei a falar sobre o tema, mas num contexto completamente diferente. Comemorava e compartilhava com os colegas da platéia, “ainda no frescor dos acontecimentos”, a condenação dos quatro jovens assassinos a 14 anos de prisão por homicídio doloso, triplamente qualificado: por motivo torpe (brincadeira), cruel (atear fogo) e impossível de defesa (a vítima dormia). Não avançarei nesse tema, mas creio que a justiça foi exemplar nesse caso. A pretensa brincadeira, que soava como alibi no início do processo, termina como qualificação do crime. O mesmo com a crueldade, que é justamente estancada quando se torna uma outra qualificação do crime, e a justiça assume, assim, a responsabilidade social pelos excessos psíquicos cometidos em nome do gozo narcísico, da destruição lenta do outro, num ritual que termina completando o circuito sadomasoquista na ação e no discurso dos jovens homicidas: da incineração divertida de José Galdino à condenação e privação de liberdade dos assassinos. É a justiça então, nesse caso, que recusa a definição “torpe” de uma brincadeira privada, redefinindo-a como um crime público. E é a justiça que exemplarmente arremata: não há brincadeira que termina em crime. O presente trabalho segue uma inspiração parecida e se beneficiou dos anteriores.

Gostaria então de dedicar este artigo a José Galdino dos Santos, encerrando-o, curiosamente, no mesmo mês em que ele morreu.

* Psicanalista, Doutorando pela USP, Pesquisador do Núcleo Psicanálise e Sociedade da PUC/SP onde coordena a sub-área Violência, Democracia e Subjetividade, professor convidado do Programa de Pós-Graduação em enfermagem pediátrica da Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina). E-mail: pauloendo@uol.com.br

vocados para a guerra, como médicos do exército, além da evasão dos pacientes de seu consultório particular, fonte de sua sobrevivência, teve de viver e testemunhar a partida de três dos seus filhos (Martin, Oliver e Ernest) para o *front*. Seu genro Max Halberstadt, marido de Sophie, também foi convocado, combateu na França e após ter sido ferido, foi reformado por invalidez. Seu sobrinho Hermann Graf morreu em combate.

Isto sem falar nas agruras vividas por Freud durante a segunda guerra, na Viena depauperada após 1933, ano da ascensão de Hitler ao poder. Período em que Freud presenciou a eclosão violenta do anti-semitismo nas ruas de Viena, viu sua casa revolvida e saqueada pelos nazistas, além da dramática prisão de Anna pela Gestapo em 1938.

Esses fatos sempre mantiveram Freud muito próximo das guerras, da morte e da violência, e suas respostas a essa proximidade estão presentes ao longo de sua obra¹, revelando variados matizes sobre um tema que ele sempre discutiu em muitos âmbitos: a problemática da destruição do homem pelo homem. Seu olhar sobre este debate nunca foi furtivo, e gerou contribuições fundamentais para a metapsicologia, cujas conseqüências mais evidentes estão em seus textos sobre a guerra, nos chamados textos sociais e no extraordinário *Mais além do Princípio do Prazer*.

Em 1920, ano da publicação de *Mais além do Princípio do Prazer*, Freud apresenta a uma comissão de guerra, instituída pelo Ministério Austríaco um “*Memorandum sobre o tratamento elétrico dos neuróticos de guerra*”², publicado só em 1955.

¹ Há também aquelas inolvidáveis respostas e comentários sarcásticos de Freud frente à violência sofrida diretamente por ele, contra sua obra ou contra sua família. Desde sua dedicatória endereçada a Mussolini, em seu texto “Por que a Guerra?”, quando Freud o chama de “herói da cultura” (Gay, 1989, p.408), em 1933; ou quando, comentando a queima de seus livros a Ernest Jones, num momento particularmente difícil para os judeus residentes na Áustria, diz com ironia e rudeza: “Que progressos estamos fazendo. Na Idade Média, teriam queimado a mim; hoje em dia eles se contentam em queimar meus livros.” (Gay, 1989, p.536). Ou, ainda, quando sua casa foi invadida e saqueada a mando da Gestapo, e Freud soube que haviam roubado da casa cerca de 840 dólares, comentou mais tarde que nunca haviam lhe pago tão bem por uma única visita (sessão) (Jones, 1989, p.224). A este respeito, remeto o leitor ao interessantíssimo artigo de Jean Ménéchal (1988) intitulado “*Une femme est brûlée*”.

² Esse texto foi publicado pela primeira vez por James Strachey na Standard Edition inglesa das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Reproduzo abaixo um trecho da nota escrita por Strachey, referente ao texto: “No fim da primeira Guerra mundial, após a dissolução do Império Austro-Húngaro, correram muitas notícias em Viena de que os homens que sofriam de neuroses de guerra haviam sido brutalmente tratados pelos médicos do Exército. Foi, portanto, instaurado um inquérito sobre a matéria pelo ministro de Guerra Austríaco, no decorrer do qual Freud foi chamado a dar a sua opinião especializada. Conseqüentemente ele submeteu um memorandum à comissão responsável pelo inquérito, apresentando-se a esta, depois, para um depoimento oral. O memorandum foi descoberto nos Arquivos do ministério da Guerra pelo professor Josef Gicklhorn, da Universidade de Viena, que generosamente colocou à nossa disposição uma cópia fotostática.”(Freud, 1920 [1955], p.227)

Nele, Freud irá discutir, ou melhor, irá se opor à utilização do choque elétrico no tratamento das neuroses de guerra pelos médicos funcionalistas alemães. Oposição esta que soa mais como denúncia, já que se tratava de um fato consumado e ocorrido durante os anos de guerra.

Crítica ele, nessa ação terapêutica simplória e tosca (Freud sempre conceitual), uma tentativa absurda de se apropriar do conhecimento psicanalítico a fim de sustentar uma prática duplamente violenta. Ou seja, se o soldado buscava, com a neurose, fugir inconscientemente do intolerável (medo da morte, impossibilidade de matar outras pessoas, “*rebeldia contra a supressão implacável da própria personalidade pelos seus superiores*”, etc.), e se essa motivação era inconsciente, portanto inatingível pelo argumento ou pela pressão, nada mais coerente do que tornar esse procedimento de fuga mais intolerável do que a própria guerra. Essa foi a lógica e a teoria do tratamento com choques elétricos, aplicados às neuroses de guerra.

Foi no corpo, então, que se pretendeu adestrar o inconsciente do soldado. Para isso, aplicavam-se, nos ex-combatentes, violentos choques elétricos, a fim de tornar a nova e inédita experiência do choque mais intolerável do que a da guerra. Esse procedimento visava habilitar o soldado ao intolerável, restituir suas funções de soldado, devolvendo-o assim ao horror psíquico que a neurose buscava aplacar.

Freud ratifica ao vivo, frente aos militares, uma face da guerra discutida claramente, em 1915, no artigo *Considerações sobre a Guerra e a Morte*. Lá ele dirá que o Estado que exige de seus cidadãos atitudes da mais pura civilidade rompe completamente com tais atitudes por livre escolha e cobra de seus cidadãos, outrora pacíficos, que destruam, matem, saqueiem e torturem aqueles que, a partir de então, serão formalmente definidos como adversários. No caso do tratamento por choque aplicado aos soldados, o exemplo é mais eloqüente, pois se trata de violentar e traumatizar seus próprios aliados: os soldados que lutaram *no front* em nome da pátria. Essa contradição, entretanto, advoga Freud, só pode ser ressaltada por uma práxis (a psicanálise) que reconhece no soldado traumatizado marcas psíquicas inalteráveis deixadas pela experiência da guerra, a cujo curso e o destino, só um trabalho alongado no tempo pode acompanhar e deslindar.

Numa guerra, a prontidão, exigida ao soldado, e sua convivência conflitiva com aquilo que Freud denominou, em 1919, (“Introdução ao simpósio sobre as neuroses de guerra”), como um conflito entre o eu-pacífico e o eu-combatente converte-se, cotidianamente, num processo de perda abrupta de todos os investimentos libidinais em objetos que não existem mais, o que implicaria uma liberação excessiva (e traumática) da energia ligada ao eu e aos seus objetos imediatamente perdidos. Fratura narcísica que se procurou reabilitar com choques elétricos. Golpes sobre o corpo até o ponto do desconhecimento e alheamento total de tudo que confere potência e representabilidade ao eu, de tudo que fixa libidinalmente todas aquelas instâncias provisórias, internas e

externas que demarcam o âmbito da ação e do discurso onde qualquer reconhecimento torna-se possível.³

A consequência anímica imediata dessa estratégia de “reabilitação” é a perda de todas as referências internas e externas, referências identitárias e aquelas, outras, que permitem reconhecer na realidade exterior uma representação fiável e minimamente estável na relação com o próprio desejo. O próprio Estado, como referência incerta e evanescente, destitui os sujeitos (soldados) de uma mínima posição desejante, seja do ponto de vista do alvo da pulsão, que deve necessariamente voltar-se para a sustentação da vida frente à iminência da própria destruição e ocupar-se maciçamente com ela como condição de sobrevivência; assim como também, do ponto de vista da fonte pulsional, que se desloca no corpo como pura intensidade, este um dos efeitos do choque elétrico.

Essa energia livre não encontrará no recalçamento uma nova fonte de investimento, já que não se trata de um conflito entre desejos e proibições; mas será empurrada para um mais aquém do princípio do prazer, onde as condições psíquicas para a ativação do mecanismo de recalque simplesmente inexistem, e o que vigora é uma tentativa de reativação obsessiva do ocorrido.

A repetição do mesmo por uma motivação que não se esgota na busca de prazer e na diminuição do desprazer, onde o que está em jogo é a sobrevivência do psiquismo, como observou Freud, é a consequência do traumático.

Voltando ao *memorandum*, veremos que ali incide uma crítica, se quisermos, humanitária, de Freud e um elemento que remexe a clínica. A crítica é ao funcionalismo e à covardia médica, incapazes de agir contra o Estado e a favor do sujeito neurótico; o elemento clínico é introduzido por Freud a partir da observação de que com este “tipo de tratamento ponderado, laborioso e tedioso era impossível contar com a pronta recuperação do paciente para o serviço ativo”(Freud,[1920]1955, p.231)).

O psiquismo não agüenta tudo – constatação mais do que óbvia que a Psicanálise leva às últimas consequências, requisitando um trabalho que se alonga no tempo. Frente a isso, a técnica de produzir sucessivos traumatismos no sujeito (através do choque elétrico) a fim de devolvê-lo às pressas à guerra só é coerente com a própria fragmentação ética experimentada em uma guerra, que permite, entre outras coisas, os genocídios e a tortura e, depois, institui um tribunal para julgar os crimes de guerra. Destrói no privado para reparar no público.

³ Vale citar Freud: “Nas neuroses traumáticas e na guerra o eu do indivíduo se defende contra um perigo que o ameaça desde fora ou que se lhe apresenta encarnada na formação do eu; nas neuroses transferenciais da vida civil, o eu considera sua própria libido como um inimigo cujas exigências lhe parecem perigosas. Em ambos os casos existe o temor do eu ante a possibilidade de experimentar um dano; no segundo, pela libido; no primeiro, pela violência exterior”(1919, p2544).

Tal técnica “reparadora”, no limite, pretendia abolir o espaço temporal cavado sofregamente entre os horrores inerentes à guerra e os horrores inerentes ao choque elétrico: hiato de tempo colapsado onde o sujeito busca algum alívio neurótico.

Mas num sentido diferente daquele em que o recalçamento converte-se num mecanismo fracassado – quando a competência das defesas do ego pode ser questionada –, na sucessão da experiência traumática podemos reconhecer, muitas vezes, a ativação da pulsão de morte cujo alvo é repetir, na mesma intensidade, um estado aquém do ego, em que nenhum prazer é possível senão a própria morte, onde o sujeito buscaria algum repouso. Repouso só encontrado, necessariamente, com a própria aniquilação. Freud ratifica isso observando que “*jamaís foi desmentido o fato de que nos hospitais alemães houve mortes nesta época em consequência dele (o tratamento por choque), e suicídios em consequência dele*” ([1920]1955, p.230).

É preciso considerar, entretanto, que, no *memorandum*, Freud está falando ao comando militar austríaco. E, certamente, falando das finalidades humanitárias do tratamento analítico frente a uma exigência capital pela prontidão comportamental que é, de todo modo, a única coisa que se pode exigir de um Estado que perde poder, autoridade e legitimidade e busca recuperá-los, agora, através da violência.⁴

O “tratamento” para as neuroses de guerra através do choque elétrico é a demonstração daquilo que se perde numa guerra e que não poderia ser recuperado, senão a partir de uma torção ética que considere a incidência direta da violência nos corpos dos combatentes, domesticados à força. É isso que Freud procurou demonstrar ao comitê austríaco.

Nesse exemplo, o Estado, sem princípios, impõe ao corpo do sujeito um único lugar: a iminência da própria morte (na guerra ou no choque elétrico). Ao fazê-lo, propõe ao sujeito um esquecimento radical de si, que só é atingido com a lembrança permanente da dor e do desprazer, estado a-conflitual, em que o desejo é o desejo de morte. Ali a repetição obsessiva da própria dor, sintomatologia típica nas neuroses de guerra, reverte-se num desejo radical de pacificação absoluto: o fim da própria vida.

Sabemos o quanto a violência sofrida pode esvair-se no mutismo, no silêncio. Sabemos também o quanto o mutismo da violência sofrida expressa-se socialmente no discurso da violência consentida e plenamente autorizada. Tantos autores nos alertaram sobre esse risco, apontaram sua virulência e chamaram nossa atenção contra a autoridade absoluta do discurso da vítima, que se isola em preconceitos e imediatismos propagando a violência cotidianamente.⁵ De certa maneira, quando se trata de contri-

⁴ Estou me servindo, implicitamente, aqui, da longa discussão crítica que faz Hannah Arendt sobre os conceitos de poder, força, vigor, autoridade e violência, a partir de toda reflexão sociológica moderna, extraíndo daí discriminações conceituais que permitem revisar a própria relação entre Estado e sociedade civil. Remeto o leitor diretamente para sua obra, especificamente para o texto *Sobre a Violência* (1994).

⁵ Nesse ponto estou me utilizando dos trabalhos de Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), Gilberto Velho (1991) e Walter Benjamin (1994).

buir com a própria experiência para aplacar a violência futura, muitas vezes o discurso da vítima se ressentida da impossibilidade de restaurar-se no lugar de uma fala própria, singular, sem os apelos das soluções fáceis, caducas e preconcebidas, assumidas e enraizadas nas representações coletivas e que rapidamente tornam-se, socialmente, um verdadeiro desastre quando capitalizadas como porta-vozes da “sociedade”, do “povo” ou de qualquer outra instância genérica e inespecífica, onde se ancoram abstratamente os discursos indecentes e irresponsáveis das mídias e da política nacional.⁶

Freud alertou-nos para a impropriedade do discurso da vítima, muitas vezes incapaz de inscrever o próprio sofrimento num comércio linguageiro em que o sujeito tem apenas pedaços, rudimentos de falas desorganizadas, torcidas, sem eloquência.

Sob o risco de repousar de uma vez por todas no corpo violentado, o vazio inaugurado pelo trauma é reenviado, permanentemente, para um discurso e uma ação uma vez mais mortíferas ao eu. Matar, exterminar e erradicar todos os possíveis ofensores são, muitas vezes, as fantasias secretas de quem não consegue pensar por si mesmo quando reencontra sofregamente o instante da dor, sem representação.

Como psicanalistas, buscamos, tal como aconselhou Walter Benjamin (1936), as narrativas a serem construídas em corpos que se espatifaram contra uma violência que, dada a sua força inapelável e imperativa, derrota qualquer trabalho psíquico.

Matar-se ou matar o outro, psicanaliticamente falando, são respostas ao mesmo desejo de morte ao eu, com repercussões psíquicas infinitamente variadas e expressões sociais muitas vezes terríficas e deletérias.

Considerado o sujeito num âmbito muito mais vasto do que o recorte que lhe permite definir-se como indivíduo, as repercussões que a pulsão de morte tem sobre a aniquilação do eu são extensas, duradouras e vazam para campos alheios ao *setting* analítico.

Quando Freud, em sua versão final, insiste em responder a Einstein sobre o porquê das guerras com base na definição de uma pulsão de morte voltada para o exterior (pulsão de destrutividade), sabemos que, no momento em que pensamos num único caso concreto, próximo de nós o suficiente para despertar experiências de horror, vazio representacional e perplexidade psíquica, não estamos tão longe do expediente das guerras. Formas modernas e metropolitanas de fazer do estrangeiro o inimigo criam permanentemente novos inimigos, novos estrangeiros.

Para falarmos apenas de nossa própria cidade, é dessa ordem a forma de violência praticada por agentes policiais do Estado de São Paulo, quando torturam e exterminam indiscriminadamente, “preferencialmente” as populações pobres das periferias da cidade de São Paulo. Essa ação, que se repete há décadas, nos lança imediata-

⁶ Ver sobre isso os discursos “exemplares” de Paulo Salim Maluf em todas as suas campanhas como candidato a cargos eletivos representando o “povo da São Paulo”.

mente num terreno onde muitas lógicas se misturam: a paixão pelo sofrimento e pela dor própria e do outro, rituais sadomasoquistas sofisticados em crueldade, ausência de um Estado Democrático de direito, impunidade das instituições do Estado, incompetência do Poder Judiciário, falência das práticas de encarceramento para minorar crimes de qualquer natureza, convivência entre democracia como sistema e ditadura como operador do sistema, fracasso da política como palco da resolução de conflitos, etc. Muitas lógicas e discursos operam na destruição de cidades inteiras, gradual e insidiosamente, e decifrá-las, combatê-las, tornou-se impossível a partir de um único referencial de experiência e análise, qualquer que seja.

A contribuição psicanalítica ressent-se, muitas vezes, da distância em que se coloca em relação aos casos que pretende analisar e aos sujeitos sobre os quais pretende falar. Não só como forma de disponibilizar a escuta analítica nesses casos, como também definir com mais clareza em que ponto a reflexão freudiana, por exemplo, articula-se e colide com outros saberes e discursos, e em que ponto os desloca ou é deslocada por eles. Isto é o que possibilita, de fato, outras vias propositivas para pensar, compreender e agir sobre fenômenos que, por princípio, põem a pique, quando ocorrem, todas as possibilidades imediatas de fala e escuta, só muito lentamente recuperadas.

A vastidão dos problemas que se colocam e a especificidade dos contextos onde as violências brotam e se enraízam têm nos conduzido cada vez mais próximos de soluções locais, com participação local e dispondo do conhecimento inerente às comunidades, que por vezes, paradoxalmente, não o reconhecem. Enquanto, no Brasil, alguns políticos ligados a partidos de esquerda, Ouvidorias, Universidades e ONGs, por exemplo, pretendem estabelecer interlocuções verdadeiras entre o Estado e a sociedade civil, outros, como setores da igreja, movimentos sociais, lideranças comunitárias, escolas, pesquisadores de várias áreas do saber, trabalham no reconhecimento e, às vezes, na reelaboração da dor singular provocada pelos acontecimentos traumáticos daqueles que foram submetidos às muitas modalidades de violência e foram, após o espetáculo midiático, relegados a segundo plano. Todos estes trabalhos operam, em geral, de modo fragmentário e desorganizado e, mesmo assim, muitos são extraordinariamente bem sucedidos. Sabemos, contudo, que as muitas violências não têm uma lógica comum; procurá-las é tão estéril e mentiroso quanto oferecer soluções descontextualizadas para lugares e situações bem específicas.

Reflexões importantes e muito recentes⁷ apontam a necessidade de compreensão de certos fenômenos subjetivos em causa na proliferação da violência. Eles são

⁷ Muitos são os autores que, especialmente a partir da década de 90, vêm redirecionando os debates sobre a violência. Entre estas inovações, está a preocupação com os elementos subjetivos em causa na formação de processos de cronificação e reprodução continuada da violência. Entre eles, gostaria de citar Flávia Schilling, Gilberto Velho, Luís Eduardo Soares, Alba Zaluar, Paulo Sergio Pinheiro, Sergio Adorno e Teresa Caldeira.

determinantes, tanto no desencadeamento de guerras genocidas entre nações, desrespeitando leis e acordos internacionais, quanto na articulação e aprovação social à violência policial cotidiana nas cidades brasileiras que, anualmente, assassinam e matam milhares de cidadãos dentro e fora de casa.

A questão mobilizadora que sempre nos atiza a conduzir a psicanálise aos umbrais do debate social e político nestes casos encontra apoio na réplica à idéia moderna de que o melhor e mais adequado espaço para a singularização do sujeito é entre quatro paredes (em casa, na família, no seu círculo íntimo, no consultório do analista). Isso colide com a noção de individualidade presente na pólis grega e vigente no ideário das democracias ocidentais, onde “a esfera pública era reservada á individualidade; era o único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente e inconfundivelmente eram”(Arendt, 1983,p.51).

Essa observação torna-se tanto mais importante no que tange às reflexões psicanalíticas sobre a violência quando percebemos, neste fenômeno, um traço comum que é a sua capacidade de atravessar, num instante, a dimensão privada e pública, exigindo, imediatamente, outros posicionamentos do sujeito. Isso tem ocorrido, por exemplo, toda vez que a violência e os sujeitos envolvidos nela e por ela são transformados em notícia, em modelo, em espetáculo e em paradigma, lançados ao público, sem concessões. Ser vítima ou agressor são categorias que imediatamente se tornam públicas. Definir alguém como vítima ou agressor tem como uma de suas conseqüências embutir nesses sujeitos a obrigação da publicização. Tornam-se paradigmas do horror, da guerra que acreditamos não participar, como cidadãos de outro lugar, alijados dos acontecimentos em outro tempo e espaço.

Exemplos da dor que nos aflige tanto mais quanto menos implicados estamos nela, como nos ensina a prática psicanalítica cotidiana. Disso resulta o interesse crescente e incontrolável pelos “horrores da TV”, editados, narrados, cuidadosamente preparados para nosso entretenimento e nos quais, ao final do dia, buscamos ‘algum alívio neurótico’, desabilitados que estamos para o enfrentamento da guerra que nos compete em nossas cidades todos os dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDETT, Hannah (1958). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1983.
- BENJAMIN, Walter (1936). O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. (obras Escolhidas; Vol. 1). São Paulo : Brasiliense, 1994.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e cidadania em São Paulo*, 2000.
- ENDO, Paulo (1997). Corpo e Violência. *Psicologia Revista* (Revista da Faculdade de Psicologia da PUC/SP. São Paulo : EDUC/FAPESP, n.5, pp.105-117, dezembro de 1997.
- ENDO, Paulo (2001). Freud, Jung e o Homem dos Lobos: Percalços da Psicanálise Aplicada.

- Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, pp-115-130, Rio de Janeiro : Contra Capa, n.3, v.12, pp.115-130, janeiro/junho de 2001.
- FREUD,Sigmund (1915). Consideraciones de actualidad sobre la guerra e la muerte, VII, *Obras Completas*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- FREUD,Sigmund (1919). Introducion al simpósio sobre las neurosis de Guerra, v.III, *Obras Completas*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- FREUD,Sigmund (1933). O porqué de la Guerra, v.III, *Obras Completas*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 1986
- FREUD, Sigmund (1920 [1955]). Memorandum sobre o tratamento elétrico dos neuróticos de guerra, v.XVII, 1920 [1955]
- GAY, Peter (1988). *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- JONES, Ernest (1953). A vida e a obra de Sigmund Freud. V.3, Rio de Janeiro : Imago, 1989.
- MÉNÉCHAL, Jean (1988). Une femme est brûlée. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. Paris : Galimard, n.38, pp.73-86, automne/1988.
- VELHO, Gilberto (1991). O Grupo e seus limites. *Revista USP*, São Paulo, EDUSP, n.9, pp. 23-30, mar/abr/maio de 1991.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I APRECIACÃO PELO CONSELHO EDITORIAL

Os textos enviados para publicação serão apreciados pela comissão editorial da Revista e consultores *ad hoc*, quando se fizer necessário.

Os autores serão notificados da aceitação ou não dos textos. Caso sejam necessárias modificações, o autor será comunicado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o texto no prazo estipulado na ocasião.

Aprovado o artigo, o mesmo deverá ser enviado para a APPOA, aos cuidados da Revista, em disquete, acompanhado por uma cópia impressa e assinada pelo autor, ou por e-mail.

II DIREITOS AUTORAIS

A aprovação dos textos implica a permissão de publicação, sem ônus, nesta Revista. O autor continuará a deter os direitos autorais para futuras publicações.

III APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Os textos devem ser apresentados em três vias, contendo:

- Folha de rosto: título, nome e créditos do autor (em nota de rodapé), contendo títulos acadêmicos, publicações de livros, formação profissional, inserção institucional, endereço postal, e-mail, fone/fax; resumo (até 90 palavras); palavras-chaves (de 3 a 5 substantivos separados por ;); abstract (versão em inglês do resumo); Keywords (versão em inglês das palavras-chaves).
- Corpo do texto: deverá conter título e ter no máximo 15 laudas (70 toques/ 25 linhas); usar itálico para as palavras e/ou expressões em destaque e para os títulos de obras referidas.
- Notas de rodapé: as notas referentes ao título e créditos do autor serão indicadas por * e **, respectivamente; as demais, por algarismos arábicos ao longo do texto.

IV REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

A referência a autores deverá ser feita no corpo do texto somente mencionando o sobrenome (em caixa baixa), acrescido do ano da obra. No caso de autores cujo ano do texto é relevante, colocá-lo antes do ano da edição utilizada.

Ex: Freud [(1914) 1981].

As citações textuais serão indicadas pelo uso de aspas duplas. As que possuírem menos de 5 linhas, deverão ser mantidas no corpo do texto. A partir de 5 linhas, deverão aparecer em parágrafo recuado e separado, acrescidas do (autor, ano da edição, página).

V REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lista das obras referidas ou citadas no texto. Deve vir no final, em ordem alfabética pelo último nome do autor, conforme os modelos abaixo:

OBRA NA TOTALIDADE

BLEICHMAR, Hugo. *O narcisismo*; estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente. 2. ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 1987.

LACAN, Jacques. *O seminário. Livro 20. Mais ainda*. Rio de Janeiro : J. Zahar, [s. d.].

PARTE DE OBRA

CALLIGARIS, Contardo. O grande casamenteiro. In: CALLIGARIS, C. et al. *O laço conjugal*. Porto Alegre : Artes e Ofícios, 1994. p. 11-24.

CHAUI, Marilena. Laços do desejo. In: NOVAES, Adauto (Org). *O desejo*. São Paulo : Comp. das Letras, 1993. p. 21-9.

FREUD, S. Teorias sexuais infantiles (1908) In: _____. *Obras completas*. 4. ed. Madri : Biblioteca Nueva, 1981. v. 2.

ARTIGO DE PERIÓDICO

CHEMAMA, Roland. Onde se inventa o Brasil? *C. da APPOA*, Porto Alegre, n. 71, p. 12-20, ago. 1999.

HASSOUN, J. Os três tempos da constituição do inconsciente. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, n. 14, p. 43-53, mar. 1998.

ARTIGO DE JORNAL

CARLE, Ricardo. O homem inventou a identidade feminina. Entrevista com Maria Rita Kehl. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 05 dez. 1998. Caderno Cultura, p. 4-5.

NESTROVSKI, Authur. Uma vida copiada: prensa internacional reavalia memórias fictícias de Bejamin Wilkomirski. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1999. Caderno Mais, p. 9.

**ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA
DE PORTO ALEGRE**

**MESA DIRETIVA
(GESTÃO 2001/2002)**

Presidência: Maria Ângela C. Brasil
1ª Vice-Presidência: Lucia Serrano Pereira
2ª Vice-Presidência: Jaime Alberto Betts
Secretaria: Carmen Backes
Gerson Smiech Pinho
Tesouraria: Grasiela Kraemer
Simone Moschen Rickes

Alfredo Néstor Jerusalinsky, Analice Palombini, Ana Maria Gageiro, Ana Maria Medeiros da Costa, Ângela Lângaro Becker, Edson Luiz André de Sousa, Gladys Wechsler Carnos, Ieda Prates da Silva, Ligia Gomes Víctora, Liliane Seide Fröemming, Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack, Marta Pedó e Robson de Freitas Pereira

COMISSÕES

Comissão de Acolhimento

Diana Myrian Liechtenstein Corso, Lucia Serrano Pereira, Maria Ângela Cardaci Brasil, Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack

Comissão de Analistas-Membros

Coordenação: Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack
Alfredo Néstor Jerusalinsky, Ana Maria Medeiros da Costa, Lucia Serrano Pereira, Maria Ângela Cardaci Brasil, Robson de Freitas Pereira

Comissão de Biblioteca

Coordenação: Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack
Ana Marta Goelzer Meira, Fernanda Breda Leyen, Luciane Loss Jardim, Gladys Wechsler Carnos, Maria N. Folberg, Mercês S. Ghazzi

Comissão de Ensino

Coordenação: Ligia Gomes Víctora, Liz Nunes Ramos e Mário Corso
Alfredo Néstor Jerusalinsky, Ana Maria Medeiros da Costa, Eda E. Tavares, Liliane Seide Fröemming, Lúcia Alves Mees, Lucia Serrano Pereira, Maria Ângela Cardaci Brasil, Maria Auxiliadora Pastor Sudbrack, Robson de Freitas Pereira, Rosane Monteiro Ramalho

Comissão de Eventos

Coordenação: Ana Maria Gageiro e Maria Elisabeth Tubino
Grasiela Kraemer, Ligia Gomes Víctora, Maria Beatriz de A. Kallfelz, Regina de Souza Silva

Serviço de Atendimento Clínico

Coordenação: Ângela Lângaro Becker e Liz Nunes Ramos
Alfredo Néstor Jerusalinsky, Carlos Henrique Kessler, Grasiela Kraemer, Luciane Loss Jardim, Maria Cristina Petrucci Solé, Otavio Augusto W. Nunes

Comissão de Publicações

Coordenação: Edson Luiz André de Sousa e Valéria Machado Rilho

Comissão de Aperiódicos

Coordenação: Ieda Prates da Silva e Luís Fernando Lofrano de Oliveira
Liz Nunes Ramos, Lucy Linhares da Fontoura, Ubirajara Cardoso de Cardoso

Comissão do Correio

Coordenação: Maria Ângela C. Brasil e Robson de Freitas Pereira
Ana Laura Giongo Vaccaro, Gerson Smiech Pinho, Henriete Karam, Liz Nunes Ramos, Marcia Helena de Menezes Ribeiro, Maria Lúcia Müller Stein, Rossana Stella Oliva

Comissão da Home-Page

Coordenação: Robson de Freitas Pereira
Charles Lang, Gerson Smiech Pinho, Henriete Karam, Marta Pedó

Comissão da Revista

Coordenação: Marieta Rodrigues
Analice Palombini, Edson Luiz André de Sousa, Lúcia Alves Mees, Marianne Stolzmann, Otávio Augusto W. Nunes, Valéria Machado Rilho